

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.026 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2000



## Pesar pela morte de Jutahy Magalhães

O Plenário aprovou voto de pesar pelo falecimento do ex-senador baiano Jutahy Magalhães (foto), que morreu na manhã de ontem em Salvador.

PÁGINA 7

## GUERRA FISCAL PODERÁ SER DEBATIDA COM GOVERNADORES

Sete governadores poderão se reunir com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos para debater a chamada guerra fiscal. Requerimento nesse sentido será votado hoje.

PÁGINA 3



## Tebet presta homenagem à Rádio Senado pelos três anos

O senador Ramez Tebet afirmou que a Rádio Senado FM, ao adotar uma programação de interesse da cidadania e de excelente conteúdo cultural e científico, tem prestado grandes serviços à democracia brasileira. Ele saudou em Plenário os três anos de transmissão da emissora, completados no dia 29.

PÁGINA 7

## ALENCAR DIZ QUE 20% DOS REMÉDIOS SÃO FALSIFICADOS

Senador José Alencar cita dados da CPI da Assembléia Legislativa de Minas Gerais mostrando que a máfia dos medicamentos fatura, anualmente, cerca de R\$ 1 bilhão.

PÁGINA 4



Plenário realiza hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta que limita gastos das câmaras municipais

## Senado vota hoje projeto que enquadra servidores na CLT

Proposta, que exclui os atuais servidores públicos e os ocupantes de carreiras de Estado, será apreciada em regime de urgência pelo Plenário

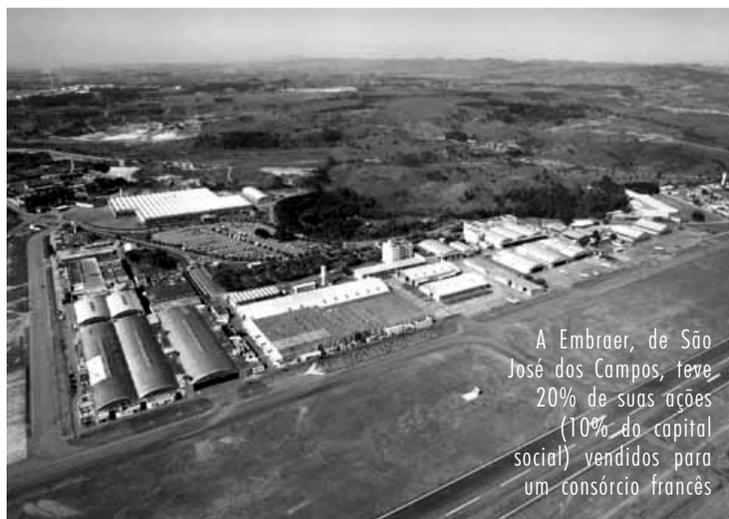
O Senado vota hoje projeto de iniciativa do Executivo que enquadra a maior parte dos futuros servidores públicos federais nas normas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A

proposta, que não abrange os atuais servidores e os ocupantes de carreiras de Estado, será apreciada em regime de urgência. O projeto mantém a seleção dos servidores por concur-

so público. Na mesma sessão, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais.

PÁGINA 2

## CAE discute venda de ações da Embraer



A Embraer, de São José dos Campos, teve 20% de suas ações (10% do capital social) vendidos para um consórcio francês

As mudanças na composição acionária da Embraer, que teve 20% de suas ações (10% do capital social) vendidos recentemente para um consórcio de empresas francesas, serão discutidas em audiência pública amanhã, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos. A reunião foi marcada depois de aprovado, no último dia 12, requerimento do senador Eduardo Suplicy, que listou diversas autoridades a serem ouvidas.

PÁGINA 3

# Plenário vota hoje regime celetista para servidor

Projeto de iniciativa do presidente da República tem parecer favorável aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O plenário do Senado vota hoje projeto de iniciativa do presidente da República que enquadra a maior parte dos servidores públicos federais nas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A matéria será votada em regime de urgência, conforme requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA).



Tuma: proposta capaz de trazer economia

Na terça-feira passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade o projeto, que, ao adotar as normas da CLT para a maior parte do serviço público federal, exclui os atuais servidores. Na ocasião, o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), analisou a medida como capaz de trazer “considerável eco-

nomia para as finanças públicas”.

Na mesma sessão, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Em primeiro turno, foram computados 70 votos favoráveis e quatro contrários à matéria.

## Tião Viana diz que lentidão da burocracia prejudica o combate à hanseníase no país

Ao registrar a passagem, no dia 30, do Dia Mundial das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Brasil poderá acabar com a doença em três anos, sem precisar de recursos adicionais, bastando apenas garantir os já previstos no Orçamento. Ele lamentou que, embora tenha tratado do assunto pessoalmente com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando de sua visita em agosto ao Acre, a burocracia está impedindo que seja marcada uma audiência para colocar em prática o projeto elaborado pelo Ministério da Saúde.

Tião Viana lembrou que a hanseníase talvez seja a doença mais antiga descrita pela literatura médica e, prova-

velmente, é uma daquelas cercadas de maior preconceito. O senador falou da necessidade de a imprensa ampliar o debate sobre o assunto para que a sociedade deixe de discriminar os atingidos pela doença, geralmente os mais pobres e humildes.

— Essa é uma das poucas doenças em que o Brasil tem um instrumento claro de eliminação em suas mãos, mas parece que o país prefere conviver com o indicador de sermos o segundo do planeta em número de casos registrados, somente perdendo para a Índia, que carrega o maior número de po-



Tião Viana: Brasil só perde para a Índia em número de casos

bres do planeta — afirmou Tião Viana.

O Movimento pela Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, segundo documento lido por Tião Viana, está fazendo uma série de atividades em todo o Brasil para divulgar a existência da doença, seus sinais e sintomas e chamar atenção para a falta de campanhas. O senador informou que foi lançado em todo o Brasil o *Telehansen*. Através do telefone 0800-262001, qualquer pessoa poderá receber esclarecimentos ou ser encaminhada para tratamento.

## Discurso é apoiado por outros senadores

O senador José Alencar (PMDB-MG) contou uma história protagonizada pelo professor Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan, ao apartear o senador Tião Viana (PT-AC), que falava sobre o Dia Mundial das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. Ele disse que nos anos 60, fazendo palestra no Rotary Club de Ubá (MG) sobre o estigma que acompanhava os hansenianos, o professor convenceu os participantes da reunião

a fazer uma visita ao Sanatório Padre Damião, local na época conhecido como leprosário.

— Ele nos convenceu a ir ao sanatório levando nossas famílias para apresentar uma programação artística e levar momentos de alegria para os hansenianos — recordou.

No domingo seguinte, segundo o senador, Malba Tahan estava na frente de todos e cumprimentava cada um dos doentes sem problema, por saber que a maior parte

deles não transmitia mais a doença. “Daí para a frente Ubá e as cidades vizinhas passaram a conviver com os doentes de uma maneira mais humana e fraternal”, registrou.

Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu uma ação mais firme do Ministério da Saúde e dos governos estaduais no combate à doença. Heloísa Helena (PT-AL) falou da necessidade de uma campanha não só para combater o preconceito, mas também para identificar novos casos.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 1.º DE FEVEREIRO DE 2000

### PLENÁRIO

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em 2º turno, da \*Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; \*Projeto de Lei da Câmara nº 57/99, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional; e \*Requerimento nº 35/2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando a tramitação conjunta das propostas de Emenda Constitucional nºs 67 e 96, de 1999, por versarem sobre o mesmo assunto.

### COMISSÕES

#### 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*Requerimento nº 08/2000, do senador Ney Suassuna, solicitando a convocação dos governadores de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará e Paraíba para uma audiência pública acerca das divergências fiscais entre estados da Federação; e \*Mensagem nº 220/99, solicita autorização para elevar o limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

#### 17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: \*Mensagem nº 66/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Valter Pedy Moreira para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos; e \*Mensagem nº 65/2000, com a indicação de Carlos Alberto Pessoa Pardellas para, cumulativamente, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Bulgária e à República da Macedônia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

#### Quarta-feira

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em 2º turno, da \*Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; e \*Projeto de Resolução nº 1/2000, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Zâmbia, no montante de US\$ 20,3 milhões.

#### Quinta-feira

#### 10h — Agenda em aberto

#### Sexta-feira

#### 9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Quarta-feira

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

#### 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com Carlos Baptista, tenente-brigadeiro-do-ar; Maurício Botelho, presidente da Embraer; Antonio Donizete Ferreira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Claudemir Marques de Almeida, representante dos trabalhadores no conselho da Embraer, em atendimento a requerimento do senador Eduardo Suplicy, para esclarecimentos sobre a negociação das ações da Embraer com um grupo francês. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: \*Audiência pública para esclarecimentos sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido recentemente na Refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Participantes: Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras; deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; André Correia, secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro, e Roberto Kishinami, diretor-geral do Greenpeace do Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 13*

#### Quinta-feira

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CAE discute convocação de sete governadores

Comissão de Assuntos Econômicos delibera hoje sobre sugestão do senador Ney Suassuna para que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a guerra fiscal entre as unidades da Federação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia hoje, a partir das 10 horas, requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitando que a comissão realize audiência pública com os governadores Mário Covas (SP), César Borges (BA), Olívio Dutra (RS), José Ignácio (ES), Jaime Lerner (PR), Tasso Jereissati (CE) e José Maranhão (PB), para que seja discutida a guerra fiscal entre os estados.

As "divergências fiscais" entre as unidades da Federação, como define o presidente da CAE em seu requerimento, vêm causando disputas pela instalação de indústrias. A isenção de impostos concedida por alguns governadores a determinadas atividades produtivas em seus estados está provocando reações, como a do governo do Rio Grande do Sul, que já anunciou sua intenção de taxar os produtos que sejam beneficiados pela redução de tributos nos estados de origem.

Em outro episódio, o governador de São Paulo acusou o gover-

no baiano de estar oferecendo incentivos para levar indústrias já instaladas em cidades paulistas. A Bahia, por exemplo, conseguiu a instalação de uma fábrica da Ford no estado, e o Paraná, da mesma forma, levou a Renault a montar uma fábrica na cidade de São José dos Pinhais.

## CORREIOS

O segundo item da pauta da CAE é a mensagem presidencial que solicita ao Senado autorização para a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e a contratação de dois empréstimos junto a instituições estrangeiras.

A solicitação do governo tem como objetivo o financiamento "de ações de recuperação e modernização empresarial e tecnológica", parte do Programa de Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste). Os empréstimos, de 121,5 milhões de marcos alemães, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e de 53,8 milhões de



Suassuna quer esclarecer as divergências quanto aos incentivos oferecidos para atrair indústrias



Wellington Roberto apresentou parecer favorável aos empréstimos solicitados para a ECT

euros, junto ao Sociéte Général (Banco Sogeral), têm o Banco do Brasil como garantidor.

A mensagem recebeu parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), que apresentou projeto de resolução aprovando a ampliação do limite de dívida da ECT e a contratação dos créditos, que, segundo ele, estão de acordo com as condições da

Resolução 96/89 do Senado:

– Os empréstimos são destinados ao financiamento de bens importados, de origem alemã e francesa, e permitirão à ECT executar seu projeto de automação, dotan-

do o sistema postal brasileiro de estrutura capaz de enfrentar o desafio de oferecer serviços com maior qualidade, rapidez, confiabilidade e segurança – justificou Wellington Roberto.

## Senado faz audiência pública sobre venda de ações da Embraer

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convocou para amanhã, às 10h, reunião para discutir as mudanças na composição acionária da Embraer, que teve 20% de suas ações (10% do capital social) vendidas recentemente para um consórcio de empresas francesas.

A reunião foi marcada depois de aprovado, no último dia 12, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que listou entre as autoridades a serem ouvidas na reunião o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista, o presidente da Embraer, Maurício Botelho, o representante dos trabalhadores no Conselho Administrativo da Embraer, Claudemir Marques de Almeida, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), Antônio Donizete Ferreira.

A polêmica sobre a venda do capital da empresa aumentou depois que foram divulgadas as restrições feitas à operação pelo ex-comandante da Aeronáutica, Walter Bräuer, que defendia o seu cancelamento. Já o atual comandante, Carlos Baptista, manifestou sua posição de que a venda não significa que a Força Aérea Brasileira venha a ser prejudicada.

Segundo as notícias veiculadas à época da venda das ações, a operação foi negociada com o Comando da Aeronáutica, que manteve dois integrantes no Conselho Administrativo da empresa, cujo número de membros foi ampliado de 11 para 13.

Nota oficial divulgada pela Aeronáutica em dezembro sustenta que a aliança da Embraer com as empresas (Aerospatiale, Matra, Dassault, Snecma e Thomson) é estratégica e uma exigência da



O senador Eduardo Suplicy teme que os estrangeiros assumam o controle acionário da empresa

globalização da indústria aeronáutica mundial.

Suplicy disse estar preocupado com a possibilidade de o controle acionário da empresa vir a ser transferido para mãos estrangeiras. Para ele, o Senado deve estar atento à administração da Embraer. A empresa foi comprada pelo Banco Bozano, Simonsen, com o apoio dos fundos de pensão Previ (dos servidores do Banco do Brasil) e Sistel (dos servidores da extinta Telebrás).

## Comissão de Orçamento vota dotação para o pagamento de juros

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, a partir das 15 horas, para votar o sub-relatório "Fazenda e Desenvolvimento", que trata de juros e dívida pública. A matéria já havia sido aprovada na última quinta-feira, mas a decisão foi anulada porque a votação ocorreu no mesmo horário em que havia sessão do Congresso Nacional, o que é vetado pelas normas que regem a tramitação do projeto orçamentário.

A previsão do sub-relatório a ser votado é de que o governo pagará neste ano R\$ 78,1 bilhões de juros de suas dívidas, cujo estoque chegará ao final de dezembro em R\$ 553,7 bilhões. O gasto líquido do Tesouro Nacional com esses encargos, no entanto, será de R\$ 25,8 bilhões, porque o governo tem juros a receber de empréstimos que concedeu, de refinanciamento de dívidas estaduais e do estoque da dívida pública parada no Banco Central.

Presidida pelo senador Gilber-



Gilberto Mestrinho é o presidente da Comissão Mista de Orçamento

to Mestrinho (PMDB-AM), a comissão também se reunirá amanhã e na quinta-feira, a partir das 10 horas, para iniciar a discussão do relatório setorial "Infra-Estrutura". Está prevista ainda a apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais das áreas de Saúde; Previdência e Assistência Social; Integração Nacional; Meio Ambiente, Desporto e Turismo; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

# Alencar: 20% dos remédios vendidos no país são falsos

Citando relatório de CPI realizada em Minas Gerais, senador revela que “máfia dos remédios” fatura algo em torno de R\$ 1 bilhão anualmente

A falsificação de medicamentos—crime que foi objeto de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais—alcança, segundo afirmou o senador José Alencar (PMDB-MG), 20% desses produtos comercializados no país. Os deputados mineiros encaminharam o relatório final da CPI ao Senado, onde, na Comissão de Assuntos Sociais, José Alencar foi designado como relator de parecer sobre a matéria, já aprovado na CAS por unanimidade. Em seu relatório, o senador propôs, atendendo a recomendação da CPI, o envio de requerimentos de informações às autoridades federais com alguma responsabilidade em relação ao tema — os ministros da Justiça, Saúde e Trabalho.

Pelo volume de falsificações, a CPI mineira concluiu que “a máfia dos remédios é responsável por 10% do total do faturamento do setor farmacêutico, arrecadando, de modo criminoso, algo em torno de R\$ 1 bilhão, anualmente”, afirmou o senador.

Entre as inúmeras recomendações feitas pela CPI, José Alencar ressaltou a proposta de instituição de uma política de medicamentos e de um código sani-



José Alencar foi designado relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais

tário para Minas Gerais; a formação, na Assembleia Legislativa, de comissões especiais destinadas a apurar a ocorrência de sonegação fiscal e irregularidades ou negligências nas licitações para a aquisição de medicamentos por órgãos públicos estaduais; a criação imediata da carreira e do cargo de fiscal sanitário e de Delegacia de Polícia Especializada em crimes contra a saúde pública, e a descentralização das ações de vigilância sanitária para os municípios.

No âmbito fiscal, relatou Alencar, a CPI recomendou à Secretaria da Fazenda estadual medidas para coibir irregularidades fiscais no transporte e na comercialização de medicamentos; ao Conselho de Política Fazendária (Confaz), a CPI sugeriu maior integração fazendária entre os estados do Sudeste no combate às irregularidades na circulação de medicamentos e o estabelecimento de um regime especial de tributação para os remédios.

Aos conselhos regionais de Farmácia e de Medicina, acrescentou o senador, foi requerida a apuração da responsabilidade de profissionais farmacêuticos e médicos em irregularidades comprovadas pela CPI.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o governo federal deveria pelo menos assegurar o cumprimento da legislação já existente, já que “nunca teve a ousadia de estabelecer uma política de medicamentos”. Iris Rezende (PMDB-GO) comentou que o setor de medicamentos fatura bilhões por ano em cima da impossibilidade de o consumidor escolher entre produtos de qualidade e preços diferenciados, como o faz nos supermercados e lojas.

# Mozarildo pretende mudar critérios de indicação de relatores nas comissões

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou ontem projeto de resolução que altera o Regimento Interno para que a designação do relator seja feita por sorteio e rodízio que permitam a distribuição equânime de matérias entre todos os membros da comissão.

A proposta apresentada pelo senador, além de eliminar a proporcionalidade das representações partidárias na distribuição das matérias, estabelece, ainda, que a designação ocorrerá dois dias úteis após o recebimento da matéria, salvo nos casos em que o Regimento fixe outro prazo.

No projeto, Mozarildo observa que, na prática, o que existe nas comissões é a ausência de um critério formal de distribuição, o que tem acarretado sobrecarga de trabalhos para alguns senadores, além de privilegiar blocos partidários de maior representação, em detrimento das minorias, “não permitindo a participação igualitária dos senadores em todas as atividades legislativas”.

O senador informou, ainda, que está colhendo assinaturas para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa racionalizar as atividades parlamentares. De acordo com a proposta, haveria sessões deliberativas nos primeiros 20 dias de cada mês, em

cada um dos seus dias úteis, reservando-se os dez dias restantes para os contatos com as bases eleitorais.

Mozarildo Cavalcanti acrescentou que está incorporando à sua proposta a redução dos recessos do Congresso Nacional, modificando o artigo 57 da Constituição. Ele quer que o Congresso trabalhe de 5 de janeiro a 1º de julho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

— Não há como sustentar os dilatados prazos em vigência de recesso do Congresso Nacional. O resultado dessa situação vem sendo a regularidade das



Mozarildo também quer reduzir o prazo de recesso do Congresso Nacional

convocações extraordinárias, com o consequente aumento de despesas para o erário, o que vem, de fato, alarmando a opinião pública — argumentou.

# Moreira pede esforço para absorver demitidos pelo governo estadual

Ao defender a demissão de 9.657 servidores públicos em meados de janeiro, pelo governador José Bianco, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez um apelo aos políticos de Rondônia para que todos lutem para encontrar meios que alavanquem o desenvolvimento e gerem emprego e renda no estado, para minimizar a situação dos que foram dispensados do serviço público. Ele também pediu ao governo federal que invista em programas e projetos que possam fazer a economia do estado crescer.

Moreira Mendes criticou o uso político que alguns políticos contrários ao governador de Rondônia estariam fazendo das demissões. Por outro lado, ele salientou que Bianco foi obrigado a tomar a decisão para cumprir a Lei Camata, que determina que os gastos com o funcionalismo não ultrapassem 60%. O senador destacou que alguns órgãos de imprensa dos principais centros do país defenderam a medida.

Editorial publicado sábado passado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, lido por Moreira Mendes em seu pronunciamento ontem, diz que “a solução, portanto, por mais dolorosa que tenha sido para os demitidos e suas famílias, não podia ser outra — mormente ante a perspectiva da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Em outro trecho lido pelo senador, o *Estado* publicou que a responsabilidade pelo estado vir gastando, antes das demissões, 87% de sua receita líquida no pagamento do funcionalismo, é dos políticos, que transformaram o serviço público em cabide de empregos, onerando as finanças além



Moreira Mendes criticou uso político das demissões por adversários do governador

dos limites do suportável:

— A decisão tomada agora foi também para cumprir compromissos assumidos em nome do estado junto à União pelo governador Valdir Raupp. Se volto a bater na tecla que aponta esse cidadão como a maior fraude administrativa que Rondônia conheceu nestes curtos anos de emancipação política, com toda certeza não é por gosto. Mas para lembrar que Rondônia só chegou a esse ponto graças ao desqualificado governo anterior — comentou Moreira Mendes.

O senador por Rondônia afirmou que aliados do ex-governador Valdir Raupp estão insuflando servidores e demais setores para tentarem impedir a recuperação da administração pública. Ele lembrou que para minimizar as consequências das demissões foram propostas a licença remunerada com 40% do salário e a redução da jornada de trabalho, mas ambas alternativas foram recusadas.

# Jucá cobra aprovação rápida do fundo de telecomunicações

O Fundo Social de Telecomunicações (Fust) deve ser aprovado o mais rápido possível, apelou ontem o senador Romero Jucá (PSDB-RR), a fim de que as localidades distantes possam ser beneficiadas pela instalação ou expansão dos serviços de telefonia e Internet.

O projeto que cria o Fust — originário da Câmara dos Deputados — está tramitando na Comissão de Infra-Estrutura, onde já foi debatido em duas ocasiões, uma delas com a presença do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Ali o projeto encontrou dificuldades em sua primeira apreciação, em face dos questionamentos feitos por vários membros da comissão.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), por exemplo, considera um equívoco a cobrança de imposto sobre os serviços das operadoras

de telefonia — uma das fontes de recursos que abasteceriam o Fust. Ele argumenta que o imposto acabaria sendo repassado aos usuários nos preços das tarifas, embora o projeto proíba o repasse.

Jucá, entretanto, considera a entrada em vigor do Fust essencial para os estados localizados na Região Norte e no Nordeste. Ele lembrou que, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações, o Fust só teria mais três anos de funcionamento, caso fosse efetivado ainda este ano. A ausência de uma lei regulando a matéria fez com que o Fust perdesse R\$ 300 milhões em 1999. Os recursos deixaram de entrar no caixa do fundo, uma vez que este não tinha iniciado suas atividades.

O senador considera que o relator do projeto na Comissão de Infra-Es-



Jucá: atraso já provocou perda de R\$ 300 milhões na arrecadação do fundo

trutura, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) tem competência e visão social, o que facilitará o trâmite rápido da matéria, de modo a que seja votada ainda no período da convocação extraordinária:

— Com a demora perde o país e ganham as grandes operadoras de telefonia — disse Jucá.

# Ademir critica restrições à carne bovina paraense

Senador protesta contra portaria do Ministério da Agricultura que impede comercialização do produto para outros estados, em virtude da ocorrência de casos de febre aftosa nos rebanhos da região

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra portaria do Ministério da Agricultura que proíbe a comercialização de carne bovina paraense em outros estados, devido à ocorrência de febre aftosa no rebanho da região. “É uma vergonha que o Brasil ainda esteja lutando contra uma doença que é facilmente tratada com vacina, enquanto outros países já erradicaram a febre aftosa”, afirmou o senador.

Ademir revelou que o Ministério da Agricultura tem uma classificação para o risco que cada estado tem em relação à febre aftosa, e que o Pará está classificado, juntamente com outros 11 estados das regiões Norte e Nordeste, na categoria de “Não Conhecível ou Não Classificado”. Segundo o senador, o próprio ministério confessa, com essa classificação, que não há nenhum levantamento sobre vários estados, mas, mesmo

Ademir lembrou que o Pará é o maior fornecedor de carne para o Nordeste e São Paulo

assim, determina a proibição da comercialização da carne com o Sul e o Sudeste:

– O Pará é o maior fornecedor de carne bovina do Nordeste e de São Paulo. Imaginem a situação que estamos vivendo, a quantidade de empregos que estão sendo cortados. O abate nos frigoríficos do estado caiu vertiginosamente desde a edição da portaria do Ministério da Agricultura – assinou o senador.

Ademir Andrade lembrou que a vacina é comprada pelo próprio produtor e que o governo não foi capaz sequer de combater o cartel dos laboratórios, que elevaram o preço da vacina em até 150%. O senador informou que há um grande esforço dos produtores



paraenses, que chegaram a criar um fundo para ajudar no combate à febre aftosa no estado, para erradicar a doença. “O que falta é seriedade e compreensão da questão pelo governo do Pará e pelo Ministério da Agricultura, que precisa suspender essa portaria”, concluiu.

## Jucá: Brasil já deveria ter erradicado a aftosa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que é lastimável que, no ano 2000, o Brasil ainda não tenha erradicado a febre aftosa e que a questão não seja tratada com a seriedade necessária para permitir a exportação de carne. O senador fez um apelo ao Ministério da Agricultura para que seja duro com os estados que não obedecem às exigências do controle fitossanitário.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que Mato Grosso do Sul ficou cinco anos sem ter um caso sequer de febre aftosa, mas há alguns meses um lote de bois contrabandeados do Paraguai gerou um surto no estado, provocando a mesma proibição que se impôs ao Pará. “Por que proibir a comercialização do gado de todo o estado

se o surto está identificado e localizado, sabe-se a cidade e até a fazenda que recebeu esse gado do Paraguai, país que é classificado pela Comunidade Européia como livre da doença?”, questionou Tebet.

O senador José Alencar (PMDB-MG) classificou como “gravíssima” a notícia trazida pelo senador Ramez Tebet sobre o gado contrabandeado do Paraguai. Ele disse que o Brasil está perdendo uma guerra contra o Paraguai, “sem o Solano Lopes”, devido ao grande volume de contrabando que sai daquele país para o Brasil. Para o senador, há um grande descaso no cuidado com nossas fronteiras, que resulta em prejuízo na arrecadação fiscal.

## Jefferson comemora produção recorde de petróleo no campo de Urucu

O campo de Urucu aumentou a produção de petróleo no Amazonas para 45 mil barris diários, o que significa que o estado já é auto-suficiente na produção de óleo cru e, em pouco tempo, o será também no refino de derivados, registrou o senador Jefferson Péres (PDT-AM). A notícia, por razões óbvias, segundo o senador, é motivo de comemoração, mas também de apreensão, dado o derramamento de óleo que ocorreu há poucos dias na baía de Guanabara:

– Ao contrário do que se pensa, o ecossistema amazônico é de enorme fragilidade, o risco de acidentes é enorme e não sei quais as conseqüências de um acidente no oleoduto Urucu-Coari – justificou. O senador disse esperar que a Petrobras seja mais zelosa na gestão ambiental da produção petrolífera amazônica. Na sua opinião, é preocupante saber que um oleoduto liga os campos de produção ao rio Solimões, onde os 45 mil barris serão transportados por barcaças.

Jefferson reconheceu que a produção petrolífera envolve acidentes em todo o mundo, mas ele também acredita que os fatos ocorridos no Rio de Janeiro com-



Jefferson Péres revelou que o Amazonas já é auto-suficiente em termos de óleo cru

provaram que a Petrobras “comeceu descuidados imperdoáveis” e demonstraram primarismo no enfrentamento de problemas ambientais. “A empresa não faz jus ao certificado ISO”, declarou.

O senador informou que a Petrobras é, ainda, uma das maiores transgressoras da legislação ambiental paulista e recebeu, nos últimos quatro anos, 46 multas, segundo técnicos da Cetesb, companhia de saneamento do estado de São Paulo.

A empresa, continuou o senador, também resistiu a adotar o sistema de monitoramento contínuo para acompanhar acidentes em tempo real. No ano passado, um oleoduto que vai de Manaus a uma das usinas termelétricas que abastecem a cidade também va-

zou, relatou Jefferson. A equipe da empresa enviada para o local do acidente chegou desprovida de equipamentos e “combateu o problema com primitivismo”, sem usar sequer roupa de proteção, denunciou.

Ao detalhar os motivos de sua apreensão, o senador não acredita que esteja tomando uma atitude hostil em relação à Petrobras. Episódios como o da baía de Guanabara rejeitariam, a seu ver, duas posições extremadas: uma, a de explicar as falhas pelo caráter estatal da empresa; outra, a de poupar a Petrobras de críticas, para não fortalecer a corrente que preconiza a sua privatização:

– Lutei pela criação da Petrobras, sou contra a privatização da empresa, mas ela não é intocável. Como nenhum órgão deve ser na democracia. A repetição de erros é que acabam por fragilizar a empresa e conduzir à privatização – concluiu.

## Otávio teme vazamento de óleo em rios da Amazônia

O transporte de petróleo e óleo nos rios da Amazônia, feito por barcaças, pode provocar um acidente de proporções maiores do que o ocorrido na baía de Guanabara. O alerta foi feito ontem pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), ao denunciar os riscos desse tipo de transporte na região. O senador chamou a atenção para o fato de que o acidente no Rio de Janeiro foi ocasionado pelo vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo, e apenas uma barcaça leva 1,5 milhão de litros de óleo:

– São centenas de embarcações que estão velhas e que deveriam ter casco duplo para evitar vazamentos. Imaginem um acidente como o ocorrido no Rio de Janeiro, nos rios da Amazônia, que são caudalosos e têm correnteza – assinalou o senador.

Luiz Otávio disse que o Fundo da Marinha Mercante dispõe, neste ano, de mais de R\$ 1 bilhão para aplicar na renovação e modernização da frota brasileira, e pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que determine a aplicação de parte desses recursos nas embarcações que fazem o transporte de óleo na Amazônia.

Moreira Mendes (PFL-RO) disse ser testemunha dos riscos apon-



Luiz Otávio: centenas de embarcações velhas são ameaça constante à região

tados por Luiz Otávio, mas ressaltou o trabalho desenvolvido pela Petrobras na província de Urucu, onde explora jazida de gás e petróleo. Ele informou que a empresa conseguiu o certificado ISO 9000 com o trabalho de preservação da natureza em Urucu e lembrou que mais de 90% das embarcações que transportam óleo são de propriedade privada e não da Petrobras.

Para o senador, um rio da Amazônia que sofresse um acidente como o da baía de Guanabara “levaria, certamente, centenas de anos para se recuperar do prejuízo”.

# Lúcio Alcântara pede mais investimento em defesa civil

Senador prega a união entre as esferas federal, estadual e municipal para construir obras e adotar medidas de prevenção às calamidades

A construção de obras de infra-estrutura e a implantação de um sistema de defesa civil capaz de proteger a vida humana são as propostas do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para diminuir os efeitos das chuvas e inundações que atingem o país. Para ele, “a falta de vontade e a ignorância dos governantes” sempre surgem como explicações entre os motivos pelos quais as obras não são feitas.

O parlamentar lamentou que ainda se ouça dizer, no Brasil, que “rede de esgoto não dá voto, porque fica enterrada”. Além disso, afirmou Lúcio Alcântara, “há o crônico fenômeno da corrupção, que exaure os recursos públicos em sacrifício da população”.

Na opinião dele, há um “jogo de empurra” das autoridades, que pôde ser identificado, por exemplo, quando elas ofereceram explicações para as enchentes que atingiram estados da região Sudeste no início do ano.



Alcântara diz que providências simples têm grande importância na prevenção às enchentes

— A administração séria e competente dos recursos financeiros, o trabalho harmônico entre as três esferas de poder e a preparação da máquina burocrática para servir à sociedade, e não o contrário, são nossos

deveres de homens públicos, escolhidos pela população para esta nobre tarefa — recomendou Alcântara.

A prevenção de inundações com obras de infra-estrutura não requer apenas obras novas, destacou o senador. Ele lembrou que empreendimentos simples, como a manutenção e limpeza de sistemas de esgotamento de águas, são de muita importância.

Citando informações dos governos estaduais, Lúcio Alcântara afirmou que o Rio de Janeiro aplicou, em 1999, somente 55% dos R\$ 9 milhões previstos no Orçamento para prevenção e defesa contra inundações. Já São Paulo utilizou 69% dos R\$ 302 milhões previstos para a prevenção de alagamentos. Em Minas Gerais, estado que não tem rubrica específica no Orçamento para a prevenção de enchentes, a União e o governo estadual gastaram, no ano passado, apenas R\$ 14,1 milhões, para consertar os estragos causados pela chuva.

## Paulo Hartung felicita governo pelo Programa de Recuperação Fiscal

A regulamentação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), publicada no *Diário Oficial* do último dia 26, foi saudada ontem pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Para o senador, além de mostrar que o governo está saindo do imobilismo, a medida também é uma “confissão de culpa em relação a uma política monetária irracional, calcada em juros exorbitantes, que foi praticada no país nos últimos anos”.

O Refis é uma medida do Programa Brasil Empreendedor, lançado pelo governo federal em outubro do ano passado, e tem a finalidade de atender mais de 3,4 milhões de empreendedores até o final deste ano, explicou o senador.

Através do Refis, empresas, especialmente as micro e pequenas, poderão regularizar sua situação junto à Secretaria da Receita Federal e ao INSS, passando a ter acesso aos benefícios previstos no programa, entre eles a contratação de financiamentos. As empresas devedoras da Receita Federal e do INSS têm até o dia 31 de março para se inscrever no Refis. Poderão aderir ao programa empresas privadas com débito na Receita e no INSS até outubro de 1999 e que passaram a recolher os impostos e a contribuição a partir de novembro.

Além desses benefícios, destacou



Para Paulo Hartung, o Refis é uma “confissão de culpa” da política de juros altos

Hartung, o programa estabelece que os juros, as multas e o principal da dívida serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e as empresas poderão se valer dos seus créditos tributários para abater a parcela de juros e multa de mora, podendo aderir ao programa desde que ofereçam garantias.

Mas, na opinião de Paulo Hartung, também há falhas no Refis, como a obrigatoriedade de pagamento das dívidas no ato do encaminhamento do pedido ou a forma estabelecida para apuração do estoque da dívida em atraso. Para o senador, é inadmissível que a correção das dívidas para efeito de cálculo do valor consolida-

do seja feita com base nas taxas Selic. “É preciso que seja feito um ajuste de contas em relação ao passado. Não é possível que exageros e erros cometidos na condução da política econômica sejam perpetuados”, alertou.

Além do Refis, integram o Programa Brasil Empreendedor medidas como a instituição do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; a criação do Fundo de Aval Proger Urbano; a redução da TJLP de 14,04% para 12,5% ao ano; a disponibilização de R\$ 254 milhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a capacitação de microempresários; a dispensa de apresentação de certidões para os não inscritos no Cadin, e a redução do IOF de 1,5% para créditos de até R\$ 30 mil.

O senador José Alencar (PMDB-MG), em aparte, disse que quem acompanha a vida das micro e pequenas empresas sabe que elas representam a vida das grandes cidades e do interior. “Estamos preocupados com a capacidade nacional de competir no mercado global”, disse o senador. Como exemplo, Alencar citou o caso das empresas européias que estão realizando grandes investimentos no Brasil porque conseguem captar recursos nos seus países com juros de 3% ao ano.

## Amorim insiste em apuração de desvio de recursos do Planaflo

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) protestou contra o que chamou de omissão do diretor em exercício do Banco Mundial para o Brasil, Robert Schneider, em relação à denúncia que fez de desvio de verbas do projeto de administração de recursos naturais em Rondônia (Planaflo), no valor de R\$ 8,1 milhões. Segundo o senador, as irregularidades aconteceram no período 97/98, durante a gestão de Francesco Vita como funcionário do banco responsável pelo projeto.

O projeto Planaflo foi assinado em 1992, envolvendo recursos da ordem de US\$ 167 milhões e contrapartida da União e do estado no valor de US\$ 61 milhões. Restando R\$ 70 milhões a serem liberados, o programa foi suspenso por causa da inadimplência decorrente do desvio de R\$ 8,1 milhões.

Ainda em 95, o senador disse ter enviado ofício a Francesco Vita, informando-o a respeito de preços superfaturados de contratos que não foram realizados nos prazos acertados. O senador disse ter reiterado pessoalmente suas manifestações sobre as irregularidades, mas estas continuaram, o que ele atribuiu “à falta de posicionamento firme do responsável pelo projeto da parte do Banco Mundial”.

Amorim acrescentou que mais tarde, baseado em trabalho realizado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, em junho de 1998, enviou ofício ao Ministério do Planejamento e Orçamento, informando sobre o desvio.

O senador relatou que em razão de ofício enviado ao ministro da



Ernandes Amorim espera que o Ministério da Integração Nacional investigue a questão

Integração Nacional, Fernando Bezerra — e também ao diretor do Banco Mundial — apoiando pleito do governador de Rondônia, José Bianco, para o adiantamento necessário à cobertura da inadimplência, recebeu correspondência de Robert Schneider criticando sua atitude.

— Entendo que o repúdio do Sr. Schneider não respeita minha condição de senador — disse Amorim, acrescentando que, se for necessário, a Comissão de Fiscalização e Controle poderá solicitar a quebra do sigilo bancário das empresas que prestaram serviços ao projeto.

Amorim reiterou a solicitação já feita ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para que encaminhe uma solução para o problema, adiantando ao estado o que for necessário para sua adimplência e determinando a investigação da irregularidade, inclusive sobre a gestão de Francesco Vita.

## Patrocínio elogia crédito da casa própria para o servidor

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) de promover convênios com órgãos da administração federal para o financiamento da casa própria para funcionários públicos. Além da simplificação na liberação dos valores, esses empréstimos têm juros menores, uma vez que a inadimplência é zero, devido ao desconto das mensalidades em folha.

Segundo o senador pelo Tocantins, ao realizar esses convênios, a CEF pratica uma das formas mais importantes de ação política, econômica e social, “pois a moradia é uma das maiores carências do povo”. O incentivo à aquisição da casa própria, destacou o parlamentar, estimula a poupança interna, gera empregos, fomenta a construção civil e distribui riqueza.

— Trata-se de um passo sério que



Carlos Patrocínio considera a moradia “uma das maiores carências do povo”

deve ser apoiado e difundido em todas as esferas de governo, uma vez que a disseminação dessa nova modalidade vai permitir subir um degrau na política habitacional brasileira — concluiu.

## Heloísa pede apoio do Senado à volta de Elian para Cuba

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu que o Senado encaminhe ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e ao governo americano uma manifestação de apoio à volta do menino Elian para sua família, em Cuba. Na opinião da senadora, esse poderá ser um sinal concreto de respeito brasileiro pela liberdade e pelos direitos humanos. Para ela, o que os Estados Unidos estão fazendo com o garoto caracteriza-se como seqüestro.

Heloísa Helena considerou surpreendente que Cuba volte a ser notícia em razão da situa-

ção dessa criança, quando certamente teria melhores motivos para receber manchetes na imprensa. "Poderíamos aceitar uma discussão sobre a democracia, sobre os avanços maravilhosos em saúde, sobre os baixos índices de mortalidade e sobre os menores índices de analfabetismo do mundo, mas estamos discutindo o seqüestro de um menino", lastimou a parlamentar.

Para Heloísa Helena, a direita americana está utilizando esse menino em sua campanha contra o regime da ilha. "Isso é um desrespeito e uma afronta à opção política de um povo e ao sistema de governo de Cuba", afirmou a senadora, observando que qualquer corte internacional reconheceria o pátrio-poder que o pai detém sobre esse menino.

### PROSTITUIÇÃO INFANTIL

Em nome do povo alagoano, a senadora repudiou o corte de energia elétrica ocorrido na cidade de Porto Calvo (AL) durante a transmissão do pro-

grama *Globo Repórter*, que denunciou o envolvimento de um padre, um promotor, um juiz e fazendeiros alagoanos na exploração da prostituição infantil. Conforme a senadora, o povo do município ficou impedido de ver o programa, mas o PT tomará providências para que, mediante a exibição de vídeos, a população possa assisti-lo em praça pública.

### REVISTA VEJA

Na oportunidade, a senadora repudiou também reportagem em que a revista *Veja* incluiu, de forma equivocada, em uma notícia sobre sonegação de imposto de renda por deputados da Assembléia Legislativa de Alagoas. Heloísa Helena disse que, quando eleita para a Assembléia, provocou o Ministério Público e a Receita Federal para que se manifestassem sobre a falta de prestação de contas, por parte dos deputados estaduais, sobre as verbas de gabinete.

Como a verba era alta, ela sugeriu que o fisco quebrasse o sigilo bancário de todos os integrantes da Assembléia, para saber se não estaria havendo enriquecimento ilícito. Ao narrar o fato, a revista afirma que a senadora foi mal-sucedida, pois o "Leão" também exigiu que ela pagasse multa, como os outros deputados. Na verdade, explicou Heloísa Helena, a "Receita foi covarde", pois não teve coragem de investigar se houve ou não enriquecimento ilícito, decidindo-se por multar todos os deputados, indistintamente, inclusive ela, que não usou "de patifaria para criar renda pessoal".

Para Heloísa Helena, a direita americana está utilizando esse menino em sua campanha contra o regime da ilha. "Isso é um desrespeito e uma afronta à opção política de um povo e ao sistema de governo de Cuba", afirmou a senadora, observando que qualquer corte internacional reconheceria o pátrio-poder que o pai detém sobre esse menino.



Para Heloísa Helena, o que os Estados Unidos estão fazendo com o garoto caracteriza-se como seqüestro

## Plenário manifesta pesar pela morte de Jutahy Magalhães

Paulo Hartung considera o ex-senador pela Bahia "uma figura magnífica". Fogaça e Arruda destacam trajetória política

Por iniciativa do senador Paulo Hartung (PPS-ES), o Plenário aprovou voto de pesar pelo falecimento do ex-senador baiano Jutahy Magalhães, que morreu na manhã de ontem em consequência de complicações hepáticas, no Hospital Português de Salvador. A proposição de Hartung foi assinada por diversos senadores.

No encaminhamento do voto de sua autoria, Hartung lembrou sua amizade com o deputado Jutahy Jr., filho de Jutahy. Foi por intermédio deste último que Hartung conheceu o ex-senador em momento crucial de construção do PSDB.

— Ele era uma figura magnífica — disse Hartung, que leu pequena biografia divulgada pela Agência Estado.

Segundo a nota, Jutahy, de 70 anos, era filho de Juracy Magalhães, nomeado interventor do governo federal na Bahia em 1930. Nascido no Rio de Janeiro, Jutahy escolheu a



Jutahy Magalhães chegou ao Senado em 1978 e deixou a vida parlamentar em 1994

Bahia como sua terra e ali iniciou carreira política como vereador pela ilha de Itaparica, em 1958. Em seguida, elegeu-se deputado estadual e federal. Chegou ao Senado em 1978,

tendo sido reeleito até 1994, quando abandonou a vida parlamentar.

Também discursou em homenagem a Jutahy o senador José Fogaça (PMDB-RS), que classificou o ex-senador de "figura eminente e maiúscula da política brasileira". Conforme Fogaça, o que mais marcou a vida de Jutahy foi a integridade e o comportamento ético, além da sua luta pela moralização do setor público.

— Ele era voltado para a Bahia, mas pensava ao mesmo tempo no Brasil e levava seu mandato ao extremo da seriedade. Deixou um rastro de luz, sabedoria e honestidade pessoal — observou Fogaça.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) lamentou o falecimento do ex-senador Jutahy Magalhães. Ele lembrou que o pai do parlamentar, Juracy Magalhães, teve presença marcante na história do Brasil desde antes do Movimento Tenentista, e que Jutahy era pai do deputado federal Jutahy Magalhães Júnior (PSDB-BA).



Ramez Tebet disse que a emissora tem prestado grandes serviços à democracia



Rádio Senado, que completou três anos no dia 29, passará a transmitir em breve também programação em espanhol e inglês

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Unip: *Descoberta de Novos Medicamentos*  
6h30 — *Cidadania*: o senador Ramez Tebet e o escritor Clóvis Sena falam das desigualdades regionais  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: o senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola: Paisagens Brasileiras* — episódio: *Coração do Pantanal*: Corumbá/MS  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cores do Brasil*: folclore do Maranhão  
9h30 — *Entrevista*: o senador Ramez Tebet

fala sobre a guerra fiscal

9h55 — *Senado em Pauta*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)

12h30 — *Entrevista*: o senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia

13h — *Cores do Brasil*: turismo em Alagoas

13h30 — *Cidadania*: o senador Ramez Tebet e o escritor Clóvis Sena falam das desigualdades regionais

14h30 — Sessão Plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)

20h30 — *Entrevista*: o senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Comissão de Relações Exteriores (gravado)

Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

## Tebet presta homenagem à Rádio Senado pelo terceiro aniversário

No aniversário da Rádio Senado FM, que completou no último dia 29 três anos de transmissões, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a emissora tem prestado grandes serviços à democracia brasileira, com uma programação de interesse da cidadania e de excelente conteúdo cultural e científico. "O acervo da rádio é de tal qualidade que a BBC de Londres a ele recorreu no final do ano passado, para fazer sua retrospectiva dos acontecimentos mais importantes de 1999", enfatizou.

Considerando que o Senado ganhou muito com a emissora, Tebet estendeu seus cumprimentos a todos os funcionários da rádio. Para o se-

nador Paulo Hartung (PPS-ES), a rádio tem dado importante contribuição ao desenvolvimento da prática democrática no país.

Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou aos senadores que, em poucos dias, a Rádio Senado passará a incluir programação em espanhol e inglês. Ele salientou o apoio dado à emissora pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e a competência do jornalista Fernando Cesar Mesquita na direção da Secretaria de Comunicação Social. "A grande riqueza da rádio, no entanto, é o pessoal que lá trabalha: jornalistas, técnicos e locutores", afirmou.

A Rádio Senado transmite para o

Distrito Federal e Entorno em FM, e desde março do ano passado opera também em ondas curtas, voltadas principalmente para as regiões Norte e Nordeste. A emissora produz boletins jornalísticos divulgados pelo telefone 0800614455 e por mais de 100 emissoras em todo o país. Além disso, transmite as principais atividades legislativas da Casa e apresenta programas especiais sobre música popular e erudita, literatura, qualidade de vida e História.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) também solidarizou-se com os senadores Ramez Tebet e Geraldo Melo na homenagem que prestaram à Rádio Senado, pelo seu aniversário.

# Fogaça apóia adesão do Brasil a tribunal internacional

Constituição da nova corte, para julgar crimes considerados de alta gravidade, deverá ser ratificada em julho por 60 países. Senador prevê “um grande avanço na defesa dos direitos humanos no mundo inteiro”

Informando que em julho deste ano 60 países deverão ratificar a constituição de um Tribunal Penal Internacional em Haia (Holanda), para julgar crimes de alta gravidade, o senador José Fogaça (PMDB-RS) pediu ontem que o Senado aprove a adesão do Brasil à iniciativa. Conforme o parlamentar, as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania deverão manifestar-se em breve sobre o assunto.

Fogaça disse que o Brasil pode ratificar o tribunal internacional ou ficar em uma posição de expectativa e observação até que se delineie melhor o seu desenho e

o seu conteúdo. No entanto, como representante do Senado brasileiro nos trabalhos da comissão preparatória do estatuto que dá base jurídica ao tribunal, manifestou-se favorável à adesão do Brasil desde já.

O senador afirmou que a constituição do Tribunal Penal Internacional é um grande avanço na defesa dos direitos humanos no mundo inteiro, destacando que, pela primeira vez na história da humanidade, o mundo terá uma corte de caráter permanente para examinar crimes de alta gravidade e transcendência internacional. Conforme explicou, os crimes sobre os quais essa corte exercerá

jurisdição – crimes de guerra, contra a humanidade, genocídio e o chamado crime de agressão de um estado contra outro – não estão previstos na legislação brasileira.

Fogaça também esclareceu que, se o Brasil não aderir à constituição do tribunal, este não terá nenhuma ingerência sobre o país, mas observou que tal decisão teria custos para sua imagem internacional. Frisou que “é alto o custo político de negar-se a ratificar o estatuto de uma corte como essa”. O senador explicou que o tribunal não pretenderá ferir a soberania dos países-



Fogaça alerta que “é alto o custo político de negar-se a ratificar o estatuto de uma corte como essa”

membros, devendo sua jurisdição ser fixada em estatuto aprovado por todos os participantes.

Referindo-se às peculiaridades do Brasil, Fogaça afirmou que a relação do país com o direito internacional é precária e difícil. Lembrou que o Supremo Tribunal Federal dá prevalência ao direito interno, não reconhecendo a supremacia das regras internacionais. Diante disso, admitiu que não será fácil o debate em torno da adesão do Brasil ao tribunal. “Trago o assunto a análise porque sei que, mais cedo ou mais tarde, uma vez que o Brasil subscreva o tratado, será uma questão submetida à decisão do Senado”, avisou.

## José Jorge defende governo de PE na negociação dos precatórios

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), agiu de forma “íntegra e responsável” ao conduzir a renegociação da dívida contraída por seu antecessor, Miguel Arraes, envolvendo os títulos para pagamento de precatórios judiciais. Ele afirmou que Pernambuco, hoje, é um estado “viável”, com expectativas de crescimento, graças à “austeridade administrativa” do atual governo, cujo primeiro ano de mandato teria sido marcado pelo reordenamento das finanças públicas.

José Jorge disse que abordou o assunto para elucidar “alguns pontos que ainda possam parecer obscuros” sobre a questão. O parlamentar pernambucano ressaltou que o estado, por seu perfil e por sua história, “jamais compactuaria com qualquer artifício jurídico que viesse a descumprir uma resolução do Senado Federal” – referindo-se à Resolução 22, de 1999 da Casa, que regulou o pagamento de títulos precatórios.

O senador explicou as operações realizadas por Jarbas Vasconcelos, garantindo que o estado cumpriu as determinações do Senado, cobrando judicialmente o ressarcimento dos valores ilegais obtidos pelos bancos Vetor e Bradesco, a título de deságios e taxas de sucesso, após as conclusões da CPI dos Precatórios. Além disso, conforme José Jorge, o atual governo exigiu



José Jorge garante que Pernambuco cumpriu as determinações do Senado

dos tomadores finais dos títulos a devolução do valor exato do deságio de que foram beneficiários, quando da sua aquisição no mercado secundário.

– Como representante de Pernambuco, é meu dever aclarar dúvidas que porventura parem sobre uma negociação da qual participe o governo do estado, mesmo que sejam dúvidas advindas de denúncias que não guardam qualquer compromisso com a verdade – frisou.

## CRE analisa indicações de dois diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina hoje, em reunião marcada para as 17h30, as indicações do presidente da República para os cargos de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixador na República da Macedônia. Para a OEA, está sendo indicado o diplomata Valter Peclly Moreira. Para a embaixada brasileira na Macedônia, foi escolhido o embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, que acumulará com a embaixada que já comanda na Bulgária.

## Arruda afirma que Brizola atenta contra o regime democrático

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), refutou o teor de entrevista concedida neste final de semana, em Porto Alegre, pelo presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, na qual o ex-governador afirma que, se fosse julgar o presidente Fernando Henrique Cardoso, em caso de confronto entre esquerda e direita, “votava por passar o fogo nesse sujeito, invocando a memória de todos os que construíram este país”. Para Arruda, mais do que atacar a figura do presidente, Brizola atentou contra o próprio regime democrático.

José Roberto Arruda lembrou que, durante a época em que militava no movimento estudantil, tinha na resistência do presidente do PDT um marco de vida democrática.

– É impressionante como as pessoas vão se permitindo mudar de acordo com as circunstâncias. Vejam só o que Brizola está fazendo com a sua própria história. Lamento profundamente ter que rebater as palavras caudilhescas, mais do que isso, fascistas, porque antidemocráticas, de um homem que não conseguiu, porque já não tem ex-



Para Arruda, Leonel Brizola está destruindo sua própria imagem

pressão política para isso, atacar a figura da Presidência da República – comentou.

Leonel Brizola, no entendimento de José Roberto Arruda, ao atacar o sistema democrático termina por “lançar palavras que são ricocheteadas e retornam para destruir sua própria imagem”. Ele acha que o presidente do PDT está destruindo seu próprio conceito de democrata.

O senador acrescentou que espera que as declarações do líder pedetista sejam apenas mais um equívoco em sua trajetória “tão cheia de curvas, retrocessos, idas e vindas”.

